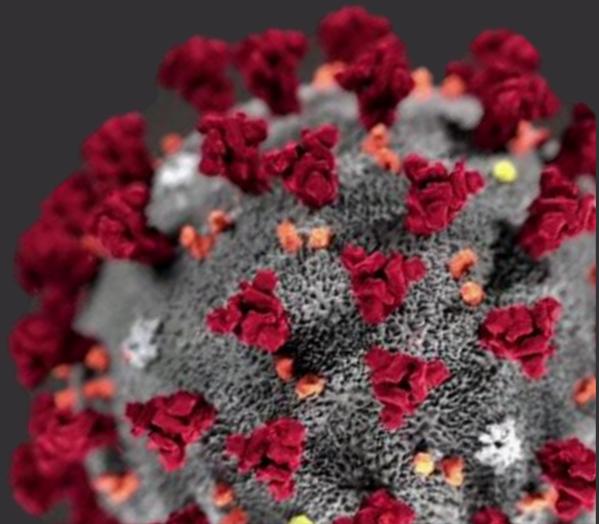


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

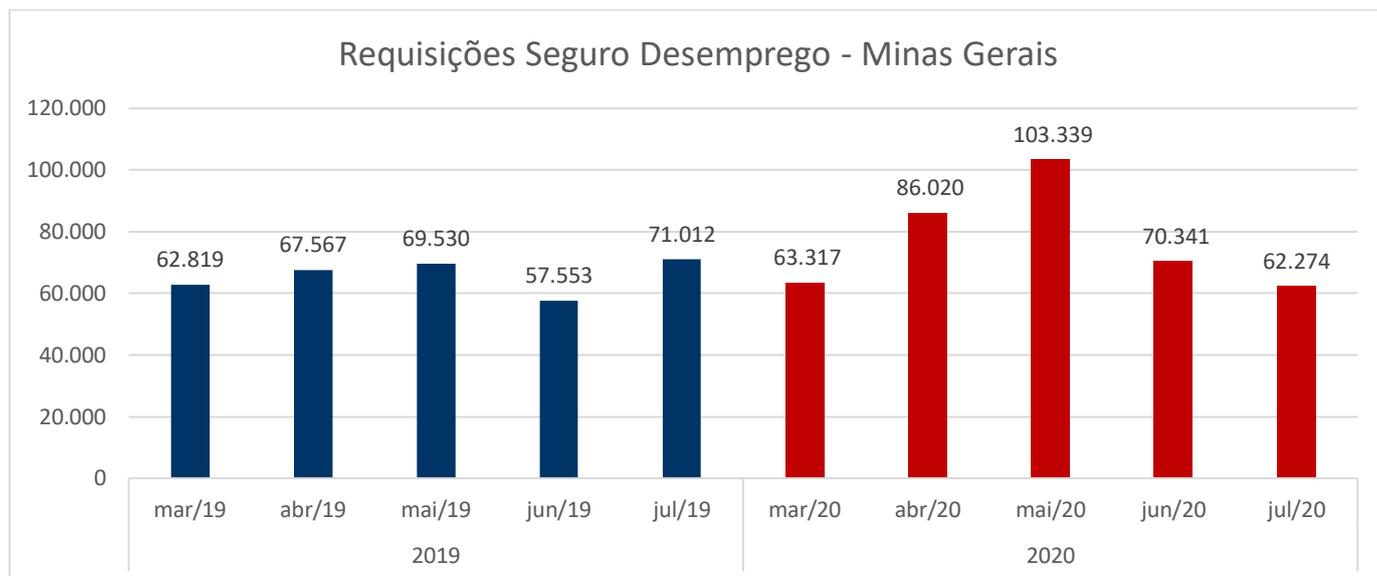
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Acordos de suspensão de contrato;
- Situação da Indústria;
- Abertura de empresas em Minas Gerais;
- Arrecadação tributária;
- Perspectivas para o Turismo pós-pandemia.

SEGURO DESEMPREGO

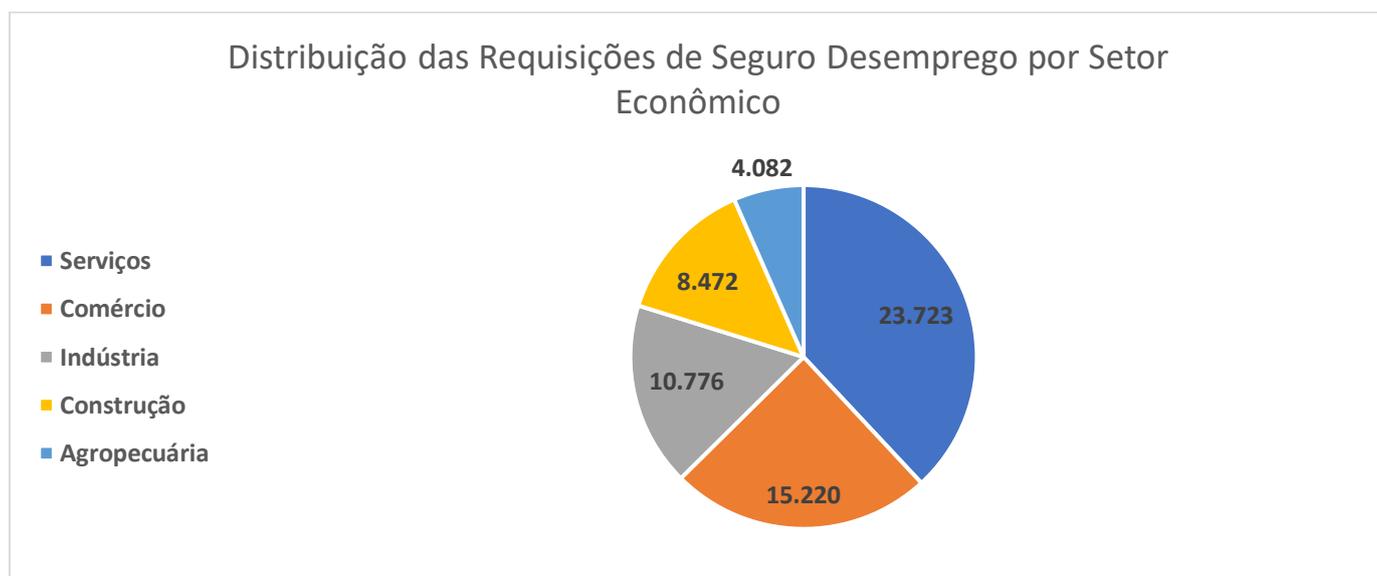
Julho registra sucessiva queda no número de requisições em Minas Gerais

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, em julho, totalizou 62.274 benefícios, uma redução de 11,4% em relação ao mês anterior. Após atingir o ápice de 53.141 requisições na primeira quinzena de maio, o indicador tem passado por sucessivas quedas, sendo julho o mês com menor demanda desde o início da pandemia. Destaca-se, inclusive, que esse quantitativo pode acenar para uma possível interrupção do fluxo anormal de demissões, uma vez que a solicitação do Seguro Desemprego atingiu parâmetros de normalidade, ficando abaixo do valor observado no mesmo mês do ano anterior, quando foram pagos 71.012 auxílios assistenciais em Minas Gerais.

No ranking de segmentos econômicos que mais demandaram o Seguro Desemprego na primeira em julho, a primeira posição ficou com o setor de serviços (38,9%) que totalizou 23.723 trabalhadores formais dispensados. Em segundo lugar, está o comércio (24,4%), com 15.220 requisições. O gráfico abaixo ilustra essa realidade:



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))



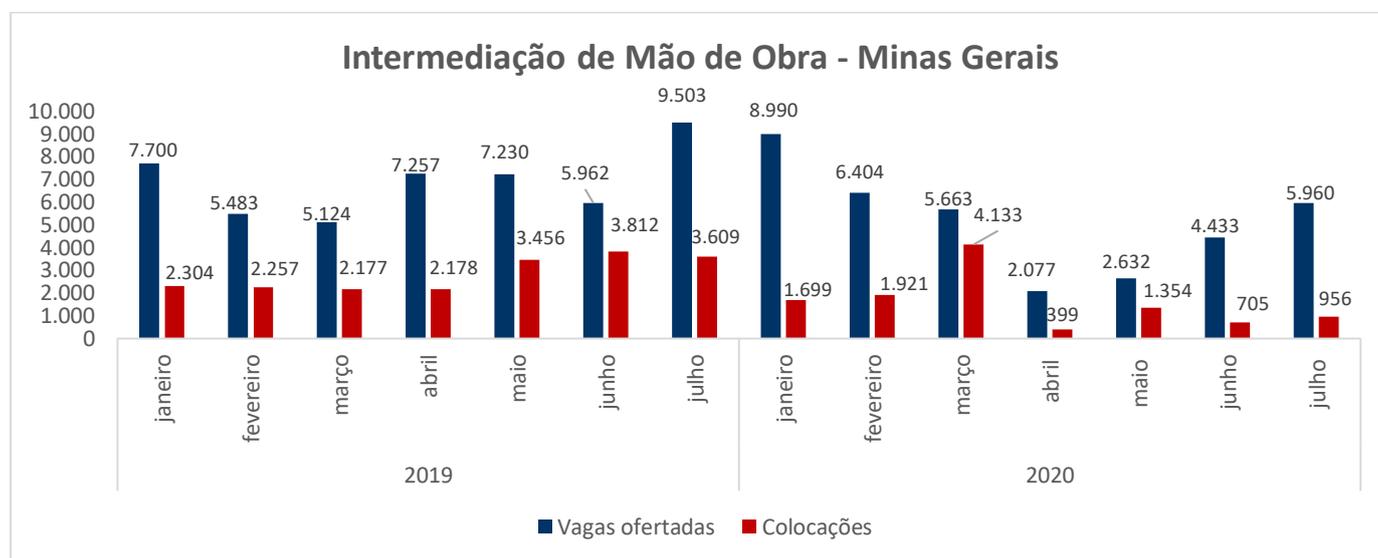
Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Além disso, é válido destacar que o público requerente do Seguro Desemprego possuía, antes de ser demitido, remuneração média de 1 a 1,5 salário mínimo, o que evidencia que as empresas têm optado por dispensar profissionais de posições menos estratégicas. Ainda em relação aos aspectos sociais das demissões, o público mais afetado tem sido homens (61,6%) com idade entre 30 a 39 anos.

Se realizada uma análise do cenário nacional referente ao mês de julho, constata-se que Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking de unidades da federação com maior demanda do Seguro Desemprego, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo, que apresentou 90.893 requisições do benefício. Em todo o Brasil, o número de solicitação do auxílio somou 281.670, uma queda de 2,4% em comparação ao mês anterior – percentual este bastante inferior ao observado em Minas Gerais, o que indica que o estado tem tido recuperação acima da média nacional.

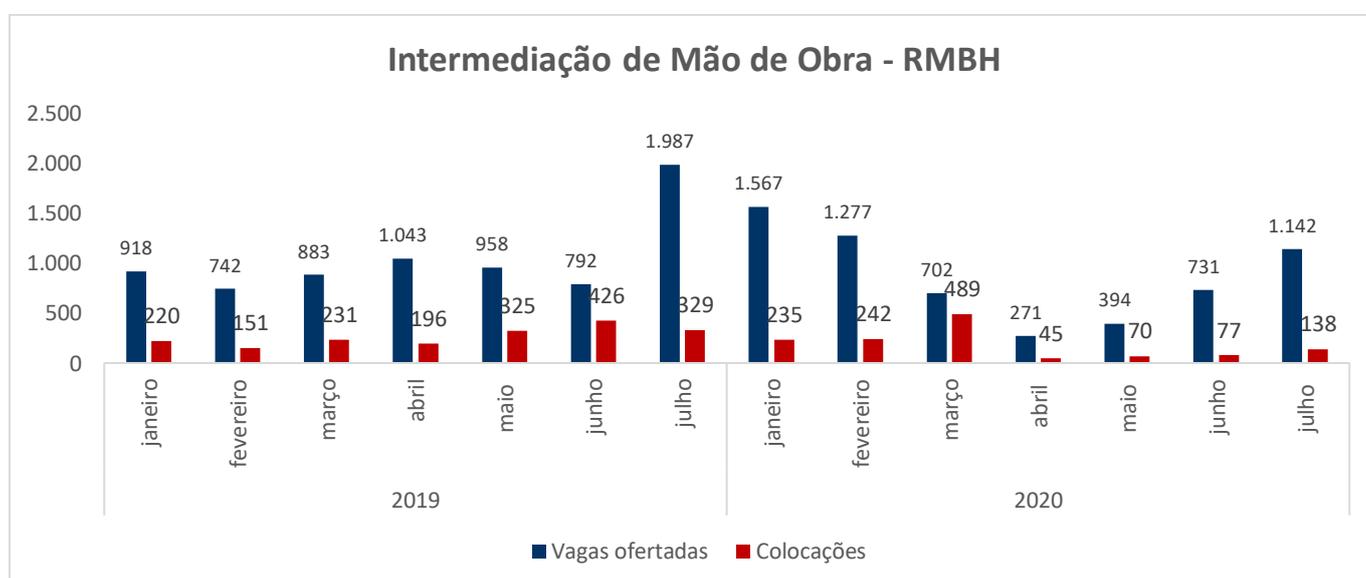
ESTATÍSTICAS DO SINE

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 578.185 atendimentos entre janeiro e julho de 2020 (até 31/07), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. A partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o agendamento presencial mediante agendamento prévio, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de julho computados até o dia 31/julho



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de julho computados até o dia 31/julho

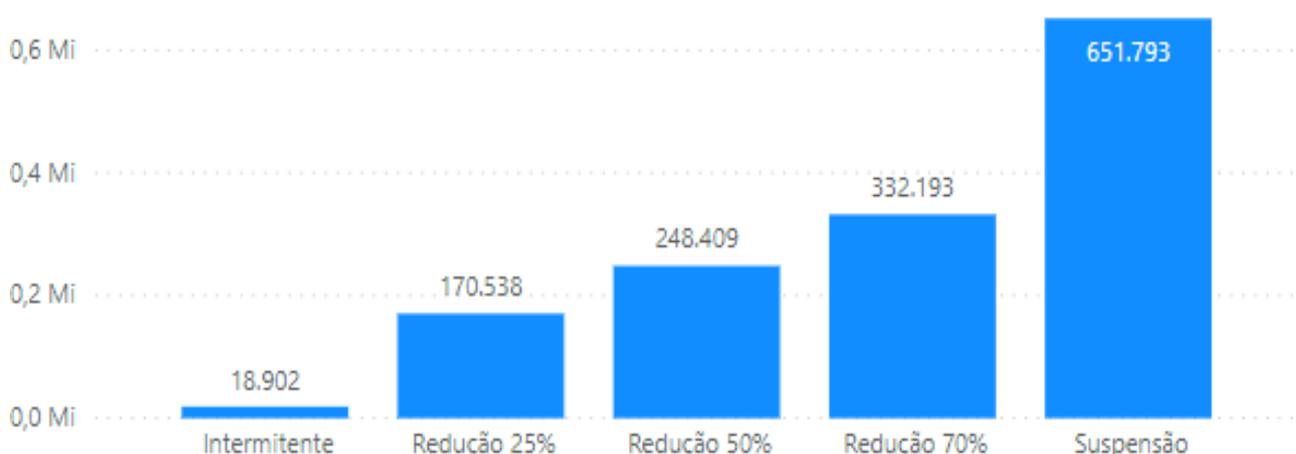
ACORDOS DE SUSPENSÃO DE CONTRATO

890 mil trabalhadores mineiros tiveram jornada de trabalho reduzida ou suspensa

Minas Gerais superou 1,4 milhões de acordos para suspensão de contratos de trabalho ou suspensão da jornada por meio do programa do governo para preservação de empregos (BEm), podendo ter beneficiado quase 890 mil trabalhadores e 161 mil empregadores mineiros entre abril e julho. Porém, como há possibilidade de um mesmo trabalhador ter acessado os dois tipos de acordos (por exemplo, primeiro o de suspensão do contrato e depois o de redução da jornada), é provável que o número real de afetados seja um pouco menor. Os dados foram divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, na terça-feira (04 de agosto).

Entre os acordos de redução da jornada de trabalho, aquele que possibilita o corte de 70% da carga horária foi mais requisitado pelos empregadores em Minas Gerais. Quase metade (44%) do total de acordos de redução de jornada era desse tipo, seguido dos de redução de 50% (aproximadamente 1/3 do total) e 25% (aproximadamente 1/6 do total) da jornada. O número total de acordos que permitem a suspensão do contrato de trabalho chegou a quase 652 mil e o de trabalhadores intermitentes beneficiados pelo programa BEm a quase 19 mil pessoas.

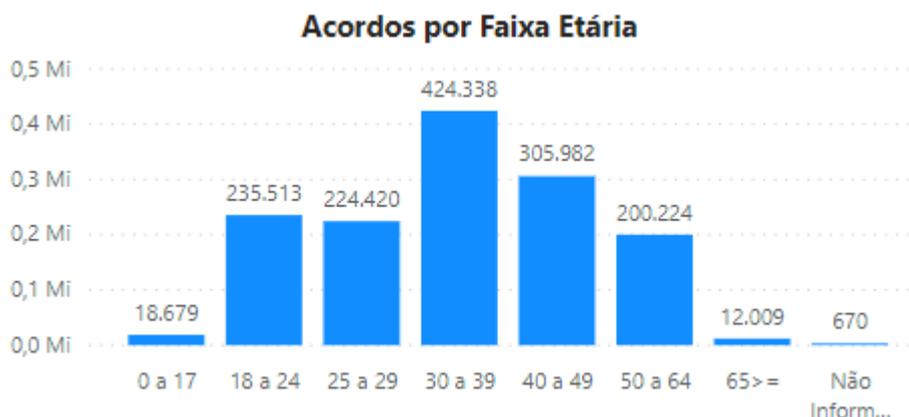
Acordos por Tipo de Adesão



Fonte: [Secretaria Especial de Previdência e Trabalho](#)

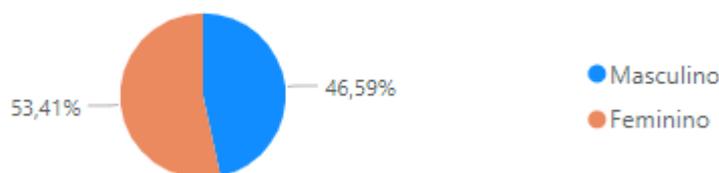
Quanto ao perfil dos trabalhadores afetados pelos acordos de reduções e suspensões do contrato de trabalho, os dados divulgados mostram que mulheres e pessoas com idade entre 30 e 39 anos são maioria em Minas Gerais. Foram cerca de 758 mil mulheres afetadas (53,4%), contra aproximadamente 661 mil homens (46,6%). Em relação à faixa etária, os mais afetados foram trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos

(424 mil), seguidos dos trabalhadores com idade entre 40 e 49 anos (306 mil), que juntos representam mais de 50% do total de trabalhadores afetados pelos acordos. Os gráficos abaixo evidenciam essa realidade:



Fonte: [Secretaria Especial de Previdência e Trabalho](#)

Quantidade de Acordo por Sexo



Fonte: [Secretaria Especial de Previdência e Trabalho](#)

O Programa BEm permite que o empregador reduza a carga horária de seus empregados em 70%, 50% ou 25%, durante 3 meses, já a suspensão do contrato de trabalho pode durar até 90 dias. Os trabalhadores incluídos no programa recebem do Governo Federal uma compensação, que tem como base o valor do respectivo Seguro Desemprego do trabalhador. A finalidade do programa é preservar vínculos empregatícios, evitando assim uma avalanche de demissões, em decorrência dos efeitos da pandemia de COVID-19 na economia.

SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA EM MINAS

Emprego na indústria volta a crescer no mês de junho, após quatro meses de queda

A pesquisa de Indicadores Industriais, produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada recentemente, mostra que, de maio para junho, o faturamento real da indústria, as horas trabalhadas na produção e a utilização da capacidade instalada (UCI) aumentaram. No mês passado, o faturamento real da indústria cresceu 9,3%, as horas trabalhadas na produção subiram 6,8% e a UCI avançou 6,7 pontos percentuais (p.p). Apesar de positivos, a CNI afirmou que os resultados de junho ainda são insuficientes

para recuperar a queda acumulada de março e abril.

Os indicadores emprego industrial, massa salarial real e rendimento médio real também apresentaram resultados positivos. Em junho o emprego industrial cresceu 0,2% em relação ao mês anterior. O resultado quebra uma sequência de quatro meses consecutivos de queda do indicador. A massa salarial paga aos trabalhadores da indústria registrou crescimento de 8,8% em junho e o rendimento real pago aos trabalhadores da indústria aumentou 8,1%. Segundo a CNI, “essas altas de junho podem ser explicadas pelo fim de acordos de suspensão do contrato de trabalho e/ou redução de jornada e de salários”.

Indicadores Industriais - Junho 2020

		VARIÇÃO PERCENTUAL		
		JUN20/MAI20 Dessazonalizado	JUN20/ JUN19	JAN-JUN20/ JAN-JUN19
	Faturamento real¹	9,3	-2,6	-7,1
	Horas trabalhadas na produção	6,8	-8,4	-9,1
	Emprego	0,2	-4,4	-2,4
	Massa salarial real²	8,8	-8,7	-5,8
	Rendimento médio real²	8,1	-4,5	-3,5

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

ABERTURA DE EMPRESAS

Julho tem recorde de empresas criadas em Minas Gerais, mas fechamentos crescem 20% no mesmo período

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) oficializou em julho a abertura de 5.128 empresas. Em relação ao mesmo período do ano passado, os sete primeiros meses de 2020, contudo, registram queda de, aproximadamente, 5% no número de empreendimentos iniciados. Os fechamentos, por sua vez, aumentaram quase 20%. Na soma, 28.924 empresas começaram a operar neste ano, contra 30.626 nos mesmos meses de 2019. Se em 2020, 24.478 empreendimentos fecharam as portas definitivamente, foram

21.680 de janeiro a julho do ano passado.

Para o presidente da Jucemg, Bruno Falci, embora a pandemia do novo Coronavírus tenha impactado a economia, a alta nos encerramentos é explicada, em grande parte, pela abolição, em setembro, da taxa paga pelos que desejavam dar “baixa” a uma empresa — encerrando oficialmente as atividades. Segundo o presidente da Junta Comercial mineira, ações do governo federal como a Medida Provisória (MP) 936, que autorizou a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas, atenuaram a situação. Ele mencionou ainda o alento dado por medidas do Executivo estadual, como a abertura de linhas de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Em março de 2020, era alto o número de registro de novas empresas, cerca de 4.486, situação que sinalizada para um aquecimento da atividade empresarial no estado, fenômeno este que foi impactado pela crise provocada pela pandemia. Segundo Falci, “o setor em Minas Gerais estava voltando a reagir, no entanto, a pandemia foi um balde de água fria nos empresários”, lamenta.

QUEDA NA ARRECADAÇÃO

Arrecadação de tributos federais apresenta queda significativa

A arrecadação de alguns dos principais tributos federais teve quedas significativas em junho na comparação com o mesmo mês de 2019, em um indicativo de que as empresas utilizaram o diferimento permitido pela União durante o período mais agudo da crise da COVID-19 para preservar seus caixas. As receitas com PIS/Cofins somaram R\$ 11,683 bilhões no mês passado, queda real de 56,41% ante junho de 2019.

Já a arrecadação com contribuição previdenciária foi de R\$ 22,201 bilhões, recuo de 39,05% na mesma base de comparação. A Receita Federal estima um impacto acumulado de R\$ 81,3 bilhões devido ao adiamento na cobrança de tributos. Até agora, o governo concedeu o diferimento em PIS/Cofins, contribuição previdenciária, IRPJ e CSLL para empresas do Simples Nacional.

Além disso, a crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus levou a arrecadação federal a registrar o pior junho em 16 anos. O resultado é o pior para o mês desde 2004, quando a arrecadação em valores atualizados somou R\$ 78,693 bilhões.

Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, “se as indústrias passarem a ter um novo nível de atividade, esses efeitos vão aparecer já na arrecadação do IPI do mês seguinte. Estamos acompanhando diariamente, e os números estão compatíveis com as projeções realizada anteriormente”, afirma.

Especialmente no caso da tributação PIS/Cofins, o recolhimento retido é utilizado para financiamento do Seguro Desemprego, política muito demandada durante a pandemia.

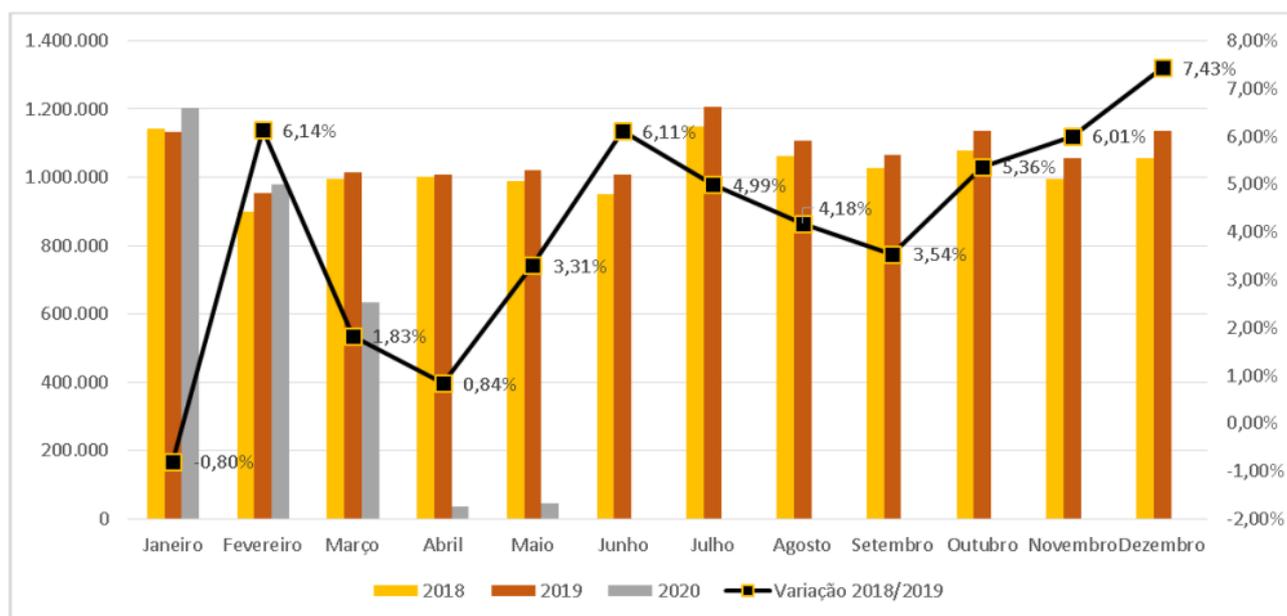
PERSPECTIVAS PARA O TURISMO

Recuperação total das atividades turísticas no país pode levar até 2 anos, aponta estudo da FGV

O Observatório do Turismo de Minas Gerais, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, divulgou o terceiro volume do documento de *Panoramas e Tendências do Turismo*, que traz dados e projeções relevantes sobre o impacto do COVID-19 no turismo do estado e do Brasil.

Considerando o tópico Transporte Aéreo e Ocupação Hoteleira, o documento destaca o impacto da pandemia nos voos e fluxos de passageiros em Minas. Antes da pandemia, o fluxo de passageiros em aeroportos mineiros vinha crescendo de forma consistente. Passou de 11,6 milhões de passageiros em 2016 para 12,8 milhões em 2019. No início deste ano, os resultados também foram entusiasmantes. O fluxo mensal de passageiros em janeiro e fevereiro foi superior ao registrado no mesmo bimestre de 2019 e 2018, o que evidenciava a tendência de crescimento do setor no início do ano. Com a adoção das primeiras medidas de distanciamento social impostas pelo avanço da COVID-19 no Brasil, os efeitos no fluxo de passageiros foram sentidos já no mês de março. Em 2020, apesar dos resultados positivos de janeiro e fevereiro, o fluxo de viajantes entre janeiro e maio foi 43,5% menor que o registrado no mesmo período do ano passado.

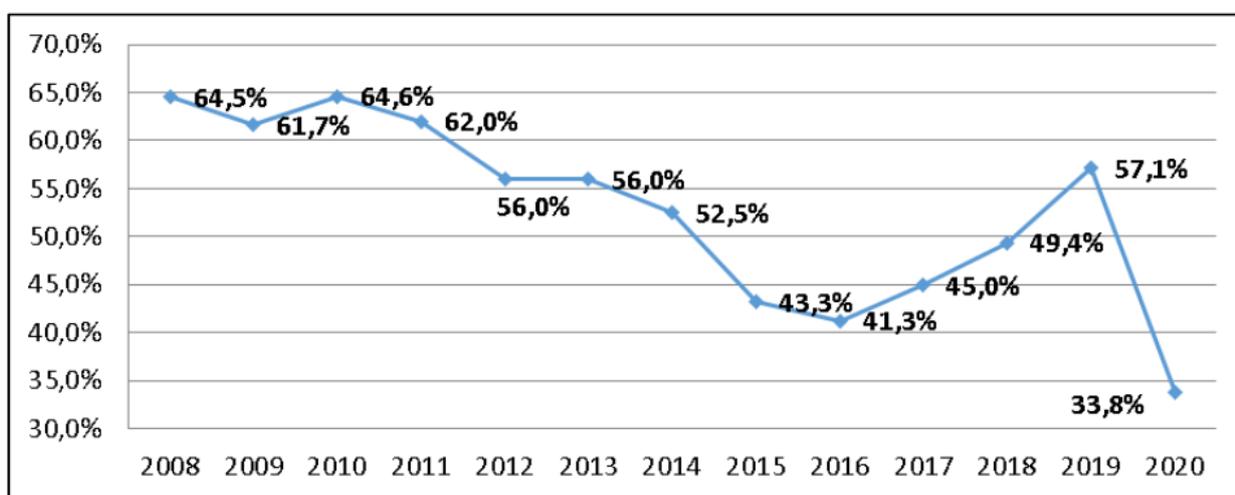
Fluxo mensal de passageiros em aeronaves com voos em Minas Gerais, entre 2018 e 2020



Fonte: Observatório do Turismo de Minas Gerais

Outro indicador de relevada importância para compreensão e monitoramento dos impactos da pandemia no turismo mineiro é a taxa de ocupação hoteleira. Conforme documento do Observatório do Turismo de Minas Gerais, a taxa de ocupação média nos primeiros quadrimestres dos hotéis da capital do estado cresceu consistentemente entre 2016 e 2019, atingindo o patamar de 57,1% no ano passado. Em 2020, a mesma taxa ficou em 33,8%, puxada para cima pelos resultados dos meses de janeiro e fevereiro, já que as taxas de ocupação hoteleira nos meses de abril e maio foram de 16,5% e 15,5%, respectivamente.

Taxa de ocupação hoteleira média nos primeiros quadrimestres, entre 2008 e 2020



Fonte: Observatório do Turismo de Minas Gerais

Conforme a 2ª Edição relatório Impactos Econômicos da COVID-19: Propostas para o Turismo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as atividades características do turismo no Brasil devem demorar pelo menos 2 anos para voltar ao que eram antes da pandemia. Como explica a própria fundação, “o turismo doméstico poderá recuperar a produção em 12 meses, mas o turismo internacional precisará de, pelo menos, 24 meses para voltar ao nível de 2019.”